

## **Sorry, antiglobalizadores: a pobreza mundial tem declinado, ponto!**

Paulo Roberto de Almeida  
([pralmeida@mac.com](mailto:pralmeida@mac.com); [www.pralmeida.org](http://www.pralmeida.org))

### **1. De volta ao problema do crescimento da pobreza mundial, aliás equivocado**

Uma das mais propagadas acusações dos antiglobalizadores – OK, eles preferem chamar a si mesmos de “altermundialistas”, mas como eles ainda não mostraram a receita do “outro mundo possível”, eu continuo designando-os pelo epíteto que me parece mais apropriado; mas, retomo: – contra a globalização é a de que esse processo aprofunda a miséria e a desigualdade distributiva do mundo capitalista, contribuindo para o aumento da concentração de riqueza nas mãos de uns poucos privilegiados e reservando apenas pobreza e desemprego para a maior parte das pessoas, seja nos países pobres, seja para os pobres dos países ricos. Em poucas palavras: a pobreza mundial teria aumentado de maneira constante e acelerada com o processo de globalização. Seria isto verdade?

Nada mais distante da realidade, como eu tenho me esforçado por demonstrar, não apenas mediante contra-afirmações opinativas ou desprovidas de fundamentos empíricos, mas com base em dados estatísticos verificáveis e oficiais, como podem ser os da ONU, do Banco Mundial ou de entidades congêneres. Nessa tarefa, tenho sido, creio, um dos primeiros comentaristas, no Brasil, a divulgar os trabalhos do economista catalão, da Columbia University, Xavier Sala-i-Martin, que tem pesquisado e trabalhado sobre os dados da distribuição mundial da renda e sua evolução ao longo dos últimos trinta anos. Essas três décadas correspondem, como todo mundo sabe, ao “esporcar da globalização”, isto é, a fase final do socialismo (anos 1970-80) e o desaparecimento das últimas “terras incógnitas” para o capitalismo, com a incorporação da China e ex-satélites soviéticos à divisão mundial do trabalho (anos 1990 e início do novo milênio). Pois bem, o seu último trabalho, em fase de publicação, “The World Distribution of Income: Falling Poverty and... Convergence, Period” (9/10/2005; in *The Quarterly Journal of Economics*, link: [http://www.columbia.edu/~xs23/papers/pdfs/World\\_Income\\_Distribution\\_QJE.pdf](http://www.columbia.edu/~xs23/papers/pdfs/World_Income_Distribution_QJE.pdf); vol. 126, 2006), demonstra não apenas que a pobreza tem diminuído, mas que a distribuição mundial de riqueza também tem melhorado. E agora antiglobalizadores?

Na verdade, eu também tinha partido da idéia de que a globalização aumentava a riqueza, de modo global – ao alocar investimentos em regiões antes não integradas à economia mundial –, mas aprofundava as desigualdades distributivas, dentro dos países e entre eles, sobretudo entre ricos e pobres. Tanto foi assim que no ensaio “A globalização e as desigualdades: quais as evidências?”, em um dos meus livros (cap. 8 de *A Grande Mudança: conseqüências econômicas da transição política no Brasil*. São Paulo: Códex, 2003; p. 117-122; link: <http://www.pralmeida.org/05DocsPRA/859GlobalizDesig.pdf>), argumentando com base em estudos do PNUD – que depois se revelaram errôneos –, eu também demonstrei adesão à tese da “divergência” e da “concentração de renda”, isto é, o distanciamento cada vez maior entre os países e a concentração de renda dentro dos países, nos estratos mais ricos da população. Tentei, no entanto, separar os fatores causais propriamente domésticos – isto é, derivados de políticas econômicas nacionais – daqueles que poderiam ser eventualmente atribuídos à globalização.

Sempre pronto a contrariar meus argumentos cada vez que os fatos me indicam o contrário do anteriormente afirmado, revisei logo depois essa linha analítica ao tomar conhecimento de um dos trabalhos de Xavier Sala-i-Martin, “The Disturbing ‘Rise’ of Global Income Inequality” (NBER Working Paper 8904, April 2002; disponível no link: <http://www.nber.org/papers/w8904>), que resumi e discuti em meu trabalho “Três vivas ao processo de globalização: crescimento, pobreza e desigualdade em escala mundial” (link: [www.pralmeida.org/05DocsPRA/1011VivaGlobaliza.pdf](http://www.pralmeida.org/05DocsPRA/1011VivaGlobaliza.pdf)). Não vou agora retomar todos os pontos enfocados em meus dois ensaios citados, nem expor novamente aquele artigo de Sala-i-Martin, mas quero, neste momento, apresentar resumidamente os argumentos do economista catalão no seu novo ensaio, “A distribuição mundial de renda: pobreza declinante e... convergência, ponto”. Procurarei não entrar em detalhes técnicos (ou seja, econométricos), mas apresentarei sua metodologia e discutirei suas principais conclusões, que podem de todo modo ser conferidas no original mais acima indicado.

Esclareço, desde logo, que Sala-i-Martin em nenhum momento trata de políticas econômicas e que do seu texto sequer consta a palavra *globalization*. Na verdade, ele não está preocupado em provar nenhuma tese pré-concebida, a favor ou contra quem quer que seja, de qualquer tendência ideológica, política ou econômica. Ele simplesmente se ocupa de expor dados e deduções a partir dos números pesquisados e processados, como bom

*number-cruncher* que é. Ele estima a distribuição da renda em bases individuais, calcula os indicadores de concentração de renda com base em diferentes metodologias e conclui, concretamente, que a pobreza tem diminuído de modo verificável no planeta, embora não em todos os lugares e não com a mesma constância ou rapidez.

## **2. A diminuição da pobreza mundial: velhas e novas evidências**

No trabalho precedente aqui referido, “The Disturbing ‘Rise’ of Global Income Inequality”, Sala-i-Martin tinha utilizado dados agregados dos PIBs dos países e dados relativos aos estratos de renda dentro dos países, provando, em seguida, que essa suposta ascensão das desigualdades globais não tinha, de fato, ocorrido. À diferença de muitos outros estudos nessa área, ele trabalhou com o conceito de renda individual e não com a renda média nacional, que tende a distorcer os fluxos. Essa metodologia faz sentido, uma vez que o objetivo é medir efetivamente a pobreza, e não a renda per capita, tal como ela aparece nos indicadores nacionais. Ele computou as linhas de pobreza e descobriu que a taxa de pobreza situada no limite estimado de US\$ 1/dia tinha declinado de 20% para 5% da população mundial nos 25 anos anteriores a 1998. Na linha de US\$ 2/dia, o declínio foi de 44% para 18%. Em termos de volume, isso significa que houve uma diminuição de 300 a 500 milhões de pobres entre os anos que vão de 1970 a 1998.

Ele calculou indicadores de concentração de renda com sete métodos diferentes – coeficiente de Gini, a variância log-renda, dois índices de Atkinson, o desvio logarítmico mediano, o índice de Theil e o coeficiente de variação –, todos eles demonstrando redução na desigualdade global da renda entre 1980 e 1998. Ele também descobriu que a maior parte das disparidades distributivas se davam entre os países, não sendo resultante do crescimento das desigualdades dentro dos países. Dentro dos países as disparidades cresceram ligeiramente no período, mas não o suficiente para eliminar o fator de redução das disparidades entre os países. Este último fenômeno se deveu principalmente, mas não inteiramente, ao rápido crescimento da renda de 1,2 bilhão de chineses.

Em outros termos, ocorreu convergência e não divergência entre os países, como muitos argumentavam, inclusive os economistas do Banco Mundial (e eu com eles, uma vez que considerei que seus estudos eram fiáveis). Mas, alertava Sala-i-Martin, a menos

que a África comece a crescer no futuro próximo, podemos esperar um novo crescimento das desigualdades mundiais. Se a África não retomar o processo de crescimento, então a China, a Índia, os países da OCDE e o resto dos países de renda média e alta vão “divergir” do continente africano e a desigualdade global voltará a crescer. Ele terminava recomendando que o crescimento agregado do PIB dos países africanos deveria constituir a prioridade de todos aqueles preocupados com o crescimento das desigualdades de renda no mundo.

Pois bem, o que nos traz agora este segundo ensaio de Sala-i-Martin sobre a diminuição da pobreza em nível mundial, desta vez utilizando dados até o início de 2000? Ele estimou a distribuição de renda mundial (WDI, na sigla em inglês) mediante a integração da distribuição das rendas individuais – sempre é bom frisar este ponto – para 138 países entre 1970 e 2000. A distribuição nacional (por países) foi construída mediante a combinação dos PIBs nacionais per capita para “ancorar” a mediana, utilizando dados de pesquisa por amostragem para identificar a dispersão distributiva. As taxas de pobreza e as contagens individuais foram registradas segundo quatro diferentes linhas de pobreza: US\$ 1; 1,5; 2 e 3. Ele descobriu que as taxas de pobreza no ano 2000 eram entre um terço e uma metade menores do que tinham sido em 1970, para as quatro linhas: ou seja, havia entre 250 e 500 milhões de pobres a menos em 2000 do que em 1970 (e isso, caberia registrar, a despeito do crescimento da população mundial, bem maior, presumivelmente, nos países pobres do que nos ricos). Desta vez, ele estimou oito índices de desigualdade de renda para a distribuição mundial de riqueza, e todas elas mostraram redução na desigualdade global nos anos 1980 e 1990.

Este é o “resumo da ópera”, mas caberia, talvez, refazer o caminho percorrido por Sala-i-Martin para ver como ele chegou a essas conclusões, o que implica um pouco de metodologia e de transcrição de números, para o que peço a indulgência dos leitores. No final, pretendo discutir como se desenvolveu esse “fenômeno” – na verdade, um processo muito “natural”, a despeito da descrença dos antiglobalizadores nas virtudes “normais” da economia de mercado para gerar e distribuir riquezas – e como esse processo global está moldando o mundo contemporâneo. Essa parte não tem muito a ver com a metodologia de Sala-i-Martin, mas respeita o espírito e o sentido de suas conclusões.

### 3. Os dados do problema: questões metodológicas e descobertas empíricas

A distribuição da renda entre os países e dentro dos países tem sido um problema recorrente dos economistas desde longo tempo, em todo o mundo. A divergência entre os países pode ser medida em duas dimensões: as taxas de crescimento econômico em países pobres têm sido menores do que as dos países ricos e a dispersão de rendas entre os países tem aumentado ao longo do tempo. O problema é que a maior parte da literatura nesse campo utilizou-se de dados nacionais: isso pode até ser válido para testar teorias do crescimento econômico, uma vez que essas teorias tendem a “explicar” o crescimento em função de “fatores nacionais”, como políticas, instituições e outros elementos que são determinantes em nível agregado. Na medida em que essas variáveis são independentes entre as nações, cada país pode ser tratado corretamente como um “número” independente num estudo econômico.

O mesmo não se aplica, porém, quando se trata de medir o bem-estar das pessoas, uma vez que diferentes países têm diferentes “volumes” de população. Como diz Sala-i-Martin, “não há razão para desvalorizar o bem-estar de um camponês chinês em relação a um agricultor senegalês apenas porque a população da China é maior do que a do Senegal” (p. 2). Ou seja, a análise agregada em nível nacional não ajuda a responder questões como estas: quantas pessoas no mundo vivem na pobreza?; como mudaram as taxas de pobreza nas últimas décadas; ou então, as desigualdades distributivas entre os cidadãos estão crescendo ao longo do tempo?

Este problema pode ser parcialmente resolvido recorrendo a uma ponderação da distribuição de renda em função do tamanho da população. Com base nesse tipo de abordagem, o economista T. Paul Schultz, (“Inequality and the Distribution of Personal Income in the World: How it is Changing and Why”, *Journal of Population Economics*, 11(3) (1998), 307-344), descobriu que não era verdade que a distribuição de renda tendia a divergir e que, ao contrário, a renda dos cidadãos mais pobres tinha crescido mais rapidamente (ou seja, a desigualdade distributiva tinha declinado). Mas, o problema é que nem todos os cidadãos de um mesmo país participam da mesma forma na distribuição nacional de riqueza, ou seja, a pobreza geral da população pode estar sendo reduzida, mas a desigualdade na distribuição efetiva de renda pode estar aumentando.

Sala-i-Martin tentou superar esse problema estimando a distribuição da renda mundial (WDI) para cada um dos anos entre 1970 e 2000 e integrando as distribuições de renda para 138 países. As medianas das distribuições nacionais de renda para cada país são os níveis de PIB per capita ponderados pela população de cada um deles, dados então combinados com pesquisas por amostragem (micro-surveys) para cada um deles, quando disponíveis (ou aproximados aos de regiões próximas). Ele então usa a WDI para estimar as taxas de pobreza individuais para o mundo assim como para as várias regiões do planeta, registrando a partir daí as medidas de desigualdade derivadas da WDI, segundo oito indicadores selecionados. “Todas as medidas apontam na mesma direção: não apenas a desigualdade mundial de renda não cresceu tão dramaticamente como muitos temiam, mas, ao contrário, ela caiu desde os altos níveis do final dos anos 1970” (p. 5).

Para a estimativa da renda individual, Sala-i-Martin utiliza o PIB per capita segundo o critério conhecido como PPP (paridade de poder de compra), ponderado pelo tamanho da população. Uma vez obtida a mediana, os dados são complementados com informação sobre a distribuição interna de renda (por estratos), a partir de pesquisas detalhadas (microeconomic income surveys), segundo quatro grupos de países: A= países para os quais o PIB per capita e pesquisas de renda estão disponíveis para vários anos (grupo no qual o Brasil se insere e que perfaz 5 bilhões de pessoas, ou 84% da população mundial); B= países para os quais o PIB per capita está disponível e apenas uma pesquisa foi registrada para todo o período entre 1970 e 2000 (29 países, com um total de 329 milhões de pessoas em 2000, ou 5% da população total); C= países para os quais o PIB per capita é disponível, mas para os quais não existem pesquisas microeconômicas (28 países, com população de 242 milhões, ou 4% do total); D= países sem informação de PIB per capita (excluídos do tratamento estatístico e econométrico).

No total, os 138 países compreendidos no estudo perfazem 93% da população mundial em 2000. Estimativas específicas foram conduzidas para os 15 países resultando da fragmentação da União Soviética, bem como para o Congo-Zaire, para o qual dados tiveram de ser estimados em vista da importância desse país na África (50 milhões de pessoas) e da amplitude da queda estimada da renda (de US\$ 1.000 em 1970 para cerca de \$230 em 2000). Os exercícios econométricos conduzidos por Sala-i-Martin foram intensos e complexos, mas indicaremos apenas alguns resultados.

Assim, por exemplo, a evolução da distribuição de renda na China, a partir da definição oficial de pobreza do Banco Mundial (US\$ 1/dia a preços de 1985): a “moda” da distribuição de renda em 1970 era de US\$ 750 ao ano. Um terço da população da China, aproximadamente, naquele ano se situava abaixo da linha da pobreza, volume que vai se deslocando com o correr dos anos, ao mesmo tempo em que a desigualdade aumenta. Em 2000, a moda já se situava em US\$ 2.400 e a fração da população abaixo da linha da pobreza de US\$ 1/dia era significativamente menor. As estimativas feitas para o segundo país mais populoso do planeta, a Índia, indicam um deslocamento similar de pessoas para cima da linha de pobreza, de forma dramática, tendo em vista o crescimento da população total.

Para os Estados Unidos, o terceiro país mais populoso (depois do implosão da União Soviética), as estimativas de distribuição são feitas para os estratos mais altos (entre US\$ 1.000 e 100.000, em lugar de US\$ 100 a 10.000, como para os demais países), mas não existem pessoas abaixo da linha de pobreza. A Indonésia foi igualmente um país que conheceu uma enorme redução da pobreza: um terço da população se situava abaixo da linha em 1970 e, mesmo com a crise financeira em 1997 e a queda na renda, os dados são eloqüentes, ao contar aquele país com apenas 0,1% de pobres em 2000.

Os dados para o Brasil constam de um gráfico (II.E) e demonstram que a renda dos estratos mais elevados se movimenta para cima muito mais rapidamente do que a dos estratos inferiores. Para Sala-i-Martin isso “reflete um nível crescente de desigualdade. Este é um fenômeno que tendemos a observar em toda a América Latina. A redução da pobreza no Brasil parece ter sido muito pequena, tendo ocorrido principalmente nos anos 1970. Na verdade, os estratos mais baixos da distribuição parecem se deslocar para a esquerda entre 1980 e 1990, o que indica um crescimento da pobreza durante a ‘década perdida’ dos anos 1980. Pouco progresso foi feito no decorrer dos anos 1990” (p. 12).

O caso da Nigéria é, segundo Sala-i-Martin, um dos mais “interessantes”, ou talvez dramático, no sentido próprio da palavra: o PIB per capita não cresceu ou teve crescimento negativo nesse período e tanto a pobreza quanto a desigualdade aumentaram. “As implicações dramáticas desses dois fenômenos são que, enquanto a fração da população vivendo com menos de US\$ 1/dia aumentou de 1970 a 2000, o estrato superior da distribuição moveu-se na verdade para a direita. Em outras palavras, apesar de que o

cidadão médio ficou pior em 2000 do que estava em 1970, os nigerianos mais ricos estavam bem melhor. Este fator tem implicações políticas importantes porque esses ricos nigerianos formam a elite econômica e política que tem de tomar decisões sobre as reformas possíveis. Infelizmente, a despeito de que esse fenômeno é único entre os maiores países estudados, ele não é incomum na África” (p. 12).

Para a antiga União Soviética (Rússia em 2000) e suas repúblicas constitutivas, os resultados são os esperados: um aparente deslocamento para a direita até 1990, com base nos dados de “crescimento” soviético, seguido de um dramático deslocamento para a esquerda a partir dos anos 1990: em 2000, a distribuição se move para a esquerda, refletindo uma nítida queda na renda e registra um aumento na dispersão, o que significa obviamente o crescimento na desigualdade. Há um aumento na proporção da população abaixo da linha da pobreza, mas como esta se situa bem acima de US\$ 1/dia, o aumento geral na pobreza é pequeno.

Dados agregados ao nível mundial, calculados por Sala-i-Martin, revelam uma moda mundial de US\$ 850 em 1970, com um pico de US\$ 9.600, o que reflete os altos níveis de renda dos EUA e da Europa. Parte substancial das diferenças distributivas da renda mundial em 1970 derivava das diferenças de renda per capita entre os países, mais do que dentro dos países. “Em outras palavras, a distância entre as distribuições nacionais de renda (ou seja, a diferença entre a mediana dos EUA e da China) parece ser muito maior do que as diferenças entre ricos e pobres americanos ou do que entre ricos e pobres chineses” (p. 14-15).

#### **4. A pobreza no mundo: diminuindo, a despeito de tudo**

Como estimativas globais, Sala-i-Martin calcula, em primeiro lugar, que a WDI moveu-se para a direita nesse período de 30 anos, ou seja, que a pobreza diminuiu, o que está obviamente refletido no fato de que a renda per capita é muito maior em 2000 do que em 1970. Não é imediatamente visível, em segundo lugar, que a dispersão é maior agora do que trinta anos atrás, ou seja, de que a desigualdade distributiva aumentou. Em terceiro lugar, uma mudança maior ocorreu na China, cuja distribuição de renda moveu-se dramaticamente para a direita – os chineses se tornando ricos – mas com uma

dispersão maior – ou seja, uma distribuição da renda mais desigual. O estrato mais alto da população chinesa em 2000 situava-se em torno de US\$ 10.000 ao ano, o que significa a renda média de países como México, Polônia ou Rússia e um pouco abaixo da Grécia. Em quarto lugar, a Nigéria – e outros países africanos – parece estar preenchendo o vácuo deixado pela China, Índia e Indonésia: enquanto as três nações asiáticas cresceram – e suas distribuições de movimentaram para a direita –, o maior país africano tornou-se mais pobre e mais desigual ao longo do tempo. Assim, em 2000, ele permanece como o único grande país com uma parte substancial de sua população abaixo da linha da pobreza.

Sala-i-Martin resume suas evidências para todo o período. “Agora se tornou claro que a distribuição se move para a direita, refletindo o fato de que as rendas da maioria dos cidadãos do globo cresceram ao longo do tempo. Também é claro que a fração da população que ficou à esquerda da linha de pobreza declinou (o que indica uma redução nas taxas de pobreza) e que a área absoluta que ficou para trás da linha da pobreza também diminuiu (o que indica uma redução geral do número de pessoas pobres no mundo). Os dados não mostram claramente se a desigualdade na renda mundial cresceu ou diminuiu, o que demonstra a necessidade de números mais exatos de desigualdade distributiva no mundo se quisermos discutir a evolução da desigualdade nas últimas três décadas” (p. 14-15).

Utilizando diferentes definições e estimativas para as linhas de pobreza – entre US\$ 1,5 e 3/dia –, Sala-i-Martin calcula as diferentes funções distributivas cumulativas para a evolução da diminuição da pobreza no mundo entre 1970 e 2000. Escolhendo a linha inferior, uma renda equivalente a \$570 ao ano (ou US\$ 1,5/dia), tem-se que as taxas de pobreza diminuem de 20% da população mundial para 16% em 1980, 10% em 1990 e 7% em 2000. Se escolhermos a renda de \$2.000 ao ano, a taxa de pobreza cai de 62% da população mundial em 1970 para 41% em 2000. Para uma renda de \$5.000 ao ano, a taxa declina de 78% para 67%.

“Usando os dados originais do Banco Mundial (definição de uma renda anual de \$495), a linha de pobreza declinou de 15,4% da população mundial em 1970 para 5,7% em 2000, um declínio de quase três vezes! Isto é especialmente impressionante levando em consideração que, no mesmo período, a população mundial cresceu quase 50% (de 3,5 para 5,5 bilhões de pessoas). A consequência é que o número total de pessoas pobres

passou de 534 para 322 milhões, uma queda de 50%” (p. 19). Estimativas comparáveis quanto ao número de pessoas pobres em 2000 situavam-no ao redor de 1,2 bilhão de pessoas.

O papel da China na redução da pobreza mundial foi e é, sem dúvida alguma, importante. Estimativas do Banco Mundial baseadas em pesquisa local indicam que a pobreza, definida como a linha de consumo de US\$ 1/dia, foi reduzida de 53% da população em 1980 para apenas 8% em 2000. As estimativas do próprio Sala-i-Martin dão cifras menores, de 48% em 1980 para 11% em 2000, o que representa, de toda forma, cifras impressionantes para um espaço de vinte anos.

Em termos globais, a região da Ásia Pacífico, sendo a mais populosa, foi a que mais reduziu o número de pobres no planeta: de uma proporção de 30% em 1970, a taxa de pobreza tinha caído para menos do 2,4% em 2000, para um total de 1,7 bilhão de pessoas (ou seja, um corte por um fator de 10). Em números absolutos, os pobres caíram de 350 milhões em 1970 para 41 milhões em 2000, sendo que 114 milhões de pessoas foram alçadas da linha da pobreza nos anos 1990. Essa realização impressionante significou que enquanto 54% dos pobres do mundo viviam na Ásia oriental em 1970, em 2000 a região passou a abrigar apenas 9,4% do total. Evolução similar foi conhecida na Ásia do Sul, região com 1,3 bilhão de pessoas em 2000: a pobreza caiu de 30% da população para 2,5% em 2000, sendo que a maior parte do sucesso pode ser atribuída à reformas econômicas na Índia pós-1980 (já que na década anterior os pobres indianos tinham aumentado em 15 milhões).

A descrição oferecida por Sala-i-Martin do caso africano é patética. “O grande sucesso asiático contrasta dramaticamente com a tragédia africana. Com uma população total apenas superior a 608 milhões de pessoas, a África subsaariana é a terceira região mais habitada no nosso conjunto de dados. (...) A maior parte (dos 41 países) teve um desempenho tão catastrófico que a pobreza aumentou em todo o continente. De maneira geral, a pobreza em 1970 era similar à da Ásia: 35%. Em 2000, as taxas de pobreza na África alcançaram 50% enquanto as da Ásia declinavam para menos de 3%. (...) O número total de pobres subiu de 93 milhões em 1970 para mais de 300 milhões em 2000. (...) Este desempenho decepcionante, ao lado do grande sucesso das duas outras regiões pobres do mundo (Ásia oriental e meridional), significa que a maioria dos pobres do

mundo vive agora na África. De fato, a África contava com apenas 14,5% dos pobres do mundo em 1970. Hoje, a despeito do fato de que a África totaliza apenas 10% da população mundial, ela é responsável por 67,8% dos pobres do mundo. A pobreza, que antes era essencialmente um fenômeno asiático, tornou-se essencialmente um fenômeno africano” (pp. 22-23).

O caso da América Latina é de meios tons, ao longo das três décadas cobertas pelo estudo. Com cerca de 500 milhões de habitantes – 9% da população mundial –, as taxas de pobreza foram cortadas pela metade em três décadas: de 10,3% em 1970 para 4,2% em 2000. “Isto poderia parecer um quadro otimista, se não fosse pelo fato de que todos os ganhos ocorreram durante a primeira década. Pouco progresso foi obtido depois disso. De fato, a taxa de pobreza na América Latina cresceu de 3% em 1980 para 4,1% em 1990. O volume de pobres caiu em cerca de 17 milhões de pessoas durante os anos 1970, mas cresceu em 10 milhões nos vinte anos seguintes. Esse desempenho misto significou que, apesar de que a América Latina começou numa posição relativamente superior à da Ásia oriental e meridional (onde as taxas de pobreza eram superiores a 30% em 1970), vemos que as taxas de pobreza são superiores às das duas regiões em 2000. A parte dos pobres do mundo que vive na América Latina caiu de 4,3% do total em 1970 para 1,7% em 1980. Ela então cresceu para 3,7% em 1990 e para 4,8% em 2000” (p. 23).

Os cenários para o Oriente Médio e para os ex-países socialistas não é dos mais otimistas, mas prefiro remeter à leitura do original de Sala-i-Martin do que resumir, uma vez mais, dados que soam um pouco repetitivos em relação aos da América Latina. Talvez seja melhor adentrar no debate relativo à natureza das desigualdades e o problema da comparação entre países e situações diferentes.

## **5. O mundo é menos desigual: como isso ocorre, e por quais razões?**

Os pesquisadores sempre se preocuparam com as desigualdades distributivas no plano mundial, pois aí se situa o coração do debate sobre a divergência ou convergência da economia mundial. Trata-se de uma questão complexa, tanto no plano metodológico quanto empírico, que pode induzir a interpretações errôneas da realidade, como eu mesmo experimentei em meu citado capítulo do livro *A Grande Mudança. O Relatório*

do *Desenvolvimento Humano* de 2001, do PNUD, por exemplo, argumenta, segundo o texto de Sala-i-Martin, que a desigualdade na distribuição mundial da renda aumentou com base na seguinte lógica:

Suposição 1: “As desigualdades distributivas dentro dos países aumentaram.”

Suposição 2: “As desigualdades distributivas entre os países aumentaram.”

Conclusão: “A desigualdade distributiva mundial também aumentou.” (p. 24)

Para sustentar a primeira suposição, os analistas coletam os coeficientes de Gini de certo número de países, constatando então que esse coeficiente aumentou em 45 países e declinou em 16. Para apoiar a segunda suposição, os analistas recorrem à literatura sobre convergência e divergência e demonstram que o coeficiente de Gini do PIB per capita entre os países cresceu de forma demonstrável nos últimos 30 anos. Essa diferença crescente das rendas per capita entre os países é um fenômeno bem conhecido chamado de “divergência absoluta” pelos economistas do crescimento.

Mas, como indica Sala-i-Martin, “a despeito de ser verdade que as desigualdades dentro dos países estão crescendo, na média, e que é também correto que as rendas per capita entre os países vêm divergindo, a conclusão de que a desigualdade distributiva mundial aumentou não deriva logicamente das premissas estabelecidas. A razão está em que a primeira suposição se refere à renda de ‘indivíduos’ e a segunda suposição se refere à renda per capita de países. Ao adicionar dois conceitos diferentes de desigualdade para analisar a evolução da desigualdade de renda mundial, o PNUD cai na falácia de comparar maçãs com laranjas. O argumento estaria correto se o conceito de desigualdade implícito na segunda suposição não fosse o ‘nível de desigualdade de renda entre os países’, mas, ao contrário, a ‘desigualdade entre os indivíduos que existiria no mundo se todos os cidadãos em cada país tivesse o mesmo nível de renda, mas países diferentes tivessem diferentes níveis de renda per capita” (p. 25).

A base do argumento é que se deve reconhecer que existem 4 cidadãos chineses para cada americano, assim que a renda per capita da China tem de ser ponderada e receber o peso correspondente (4 vezes). “Em outras palavras, em lugar de usar uma medida de desigualdade na qual a renda per capita de cada país constitui um valor, a medida correta deve ponderar o tamanho do país. O problema, para o PNUD é que medidas da desigualdade de renda ponderadas pela população demonstram uma tendência declinante nos últimos 30 anos. A questão, então, é saber se o declínio na desigualdade

individual entre os países (ponderada pela população) mais do que compensa o crescimento médio da desigualdade individual dentro dos países, ponderada pela população” (p. 25).

Sala-i-Martin expõe, então, as diferentes medidas de desigualdade distributiva – num total de oito metodologias – e passa a expor sua constatação de que a desigualdade global de renda diminuiu entre 1970 e 2000. Depois de ter permanecido mais ou menos estável no decorrer dos anos 1970, atingindo um máximo de desigualdade em 1979 (um índice de 0,662, segundo o coeficiente de Gini), ela conheceu uma tendência declinante nas duas décadas seguintes, com um coeficiente de Gini, em 2000, de 0,637. No total, o índice de Gini caiu 4% desde 1979.

As tendências não foram obviamente uniformes. Ocorreu, por exemplo, uma queda brusca em 1975, no seguimento do primeiro choque do petróleo, quando os ricos sofreram e a China e a Índia cresceram, respectivamente, em 3,6% e mais de 7%. Em 1988, outro exemplo, a tendência para a melhoria do coeficiente reduziu-se ligeiramente, em função de uma recessão na China. Ou seja, os ciclos de negócios nos grandes países ou em grupos de países estão associados a mudanças de curto prazo nas tendências mundiais de desigualdade, o que recomendaria desconfiar de estudos de curto prazo.

O fato é que todos os demais indicadores são concordantes em apontar um lento declínio nas duas últimas décadas, depois da relativa estagnação dos anos 1970. A dimensão do declínio depende da medida exata: a maior queda observada ocorreu na relação entre o estrato de renda de 20% superior e o estrato de 20% inferior, uma queda de quase 30% entre 1979 e 2000. “A despeito de pequenas diferenças entre as medidas, a desigualdade diminuiu nos últimos vinte anos” (p. 27).

Parafraseando um autor precedente – Lant Pritchett, “Divergence, Big Time”, *Journal of Economics Perspectives*, 11(3), Summer (1997), 3-17 –, que tinha proclamado a abertura de um grande período de “divergência” no mundo, Sala-i-Martin considera que, com base em sua análise baseada não no PIB per capita, mas nas rendas individuais das pessoas, as duas últimas décadas testemunharam um inegável processo de “convergência, ponto!” (p. 27). A tendência é de certa forma surpreendente na medida em que a desigualdade na distribuição da renda mundial tem aumentado continuamente no século e meio que se passou. O que teria causado essa inversão de tendência? “A resposta

é a taxa de crescimento de alguns, até agora, grandes países pobres do planeta: China, Índia e o resto da Ásia” (idem).

De forma geral, no início da revolução industrial, o mundo todo era pobre, igual e pobre. Lentamente, a renda de um bilhão de pessoas – em proporção atual – dos países que pertencem à OCDE cresceu e divergiu da renda dos demais cinco bilhões de pessoas que fazem parte do mundo em desenvolvimento. As taxas de crescimento dramáticas da China, da Índia e do resto da Ásia a partir dos anos 1970 determinaram que a renda de 3 a 4 bilhões de pessoas começou a convergir em direção à renda dos cidadãos dos países da OCDE. Essa redução na desigualdade mundial de renda pela primeira vez em séculos se dá a despeito da renda divergente dos 608 milhões de africanos. “O problema, agora, é que se a renda dos cidadãos africanos não começa a crescer rapidamente, a desigualdade de renda mundial vai começar novamente a aumentar” (p. 28).

As tendências recentes se mantêm mesmo excluindo-se dos cálculos a China, de um lado, e os Estados Unidos e a África, de outros, que constituem, respectivamente, os grandes “convergentes” e “divergentes” nas estimativas, o que demonstra o peso de todos os demais participantes do jogo global. Esses três grandes atores perfazem 2,1 bilhões de pessoas – 38% do total – mas o coeficiente de Gini continuaria ainda assim a demonstrar uma queda, de 0,599 em 1970 para 0,591 em 2000.

Finalmente, Sala-i-Martin decompõe os dados em função das diferenças entre os países e dentro dos países, obtendo uma evidência interessante. A variável “dentro dos países” representa o grau de desigualdade que existiria no mundo se todos os países tivessem a mesma renda per capita (ou seja, a mesma distribuição mediana) mas as diferenças correntes existentes dentro dos países entre os indivíduos. Esta medida é uma média ponderada pela população das desigualdades dentro de um país. Já a variável “entre os países” representa o grau de desigualdade que existiria no mundo se todos os cidadãos em cada país tivessem o mesmo nível de renda, mas persistindo as diferenças de renda per capita entre os países. Esta medida corresponderia à desigualdade ponderada pela população (ou a medida agregada de desigualdade ponderada pela renda).

A conclusão a que ele chega, utilizando a metodologia do “desvio logarítmico mediano, é que mais de 71% da desigualdade de renda entre os cidadãos do mundo se deve a diferenças entre os países e que apenas 29% deriva de diferenças de renda internas

aos países. Empregando outras metodologias, as conclusões são similares: a maior parte das diferenças se dá entre os países, não dentro dos países. Mas, a segunda conclusão interessante do seu estudo é a de que as diferenças dentro dos países estão aumentando com o decorrer do tempo, ao passo que as diferenças entre os países declinam. O efeito combinado dessas duas tendências resulta em que a fração da desigualdade global que pode ser explicado pelas diferenças entre os países está declinando.

Uma outra conclusão geral de Sala-i-Martin é a de que o declínio na desigualdade entre os países tem sido maior do que o crescimento da desigualdade dentro dos países, com o que o resultado final é positivo. “Em outras palavras, a despeito do fato de que a desigualdade dentro da China, dentro da Rússia, dentro dos EUA, e dentro de vários outros países tem aumentado, o crescimento de alguns dos maiores e mais pobres países do mundo (mais notavelmente a China, a Índia e o resto da Ásia) tende a reduzir a desigualdade geral de renda entre os cidadãos do mundo” (p. 30).

Sala-i-Martin conclui o ensaio com uma reflexão sobre os objetivos do milênio da ONU, à luz dos números que ele revelou em seu estudo bem documentado. O primeiro objetivo, estabelecido em 2000, era o de reduzir à metade, em 2015, a pobreza existente em 1990. Nesse ano, as pessoas vivendo com menos de um dólar por dia representavam 10% da população mundial. O objetivo será atingido, portanto, se a taxa de pobreza for de 5% em 2015. Mas, de acordo com seus dados, essa taxa já era de 7% em 2000, ou seja, o mundo já tinha alcançado 60% da meta (o que, obviamente, nada diz da condição dos países africanos, tomados individualmente). Em outros termos, o mundo pode estar em melhor condição do que se acredita.

## **6. Uma palavra final: sorry antiglobalizadores, vocês precisam mudar o discurso...**

As evidências trazidas por Sala-i-Martin, que tinham sido expostas em seu ensaio anterior e discutidas em meus próprios artigos, já citados, traduzem uma realidade que poderia ser diferente: sim, o mundo poderia estar se tornando mais desigual e mais “divergente”, com o crescimento das desigualdades distributivas dentro e entre os países. A bem da verdade, ele demonstra que as desigualdades internas têm crescido nas últimas décadas, mas que isso não foi suficiente para eliminar os maiores fatores de convergência

entre os países. Essa convergência vem sendo assegurada, na prática, por alguns grandes países pobres que experimentam, desde os anos 1970, um extraordinário processo de crescimento econômico e de aumento da renda disponível em todos os estratos da população (ainda que com um relativo aumento das desigualdades distributivas entre os estratos da população).

Estes são dados de “conjuntura”, mas que também traduzem uma lenta evolução “estrutural” que se pensa poder consolidar nos próximos anos: o mundo conheceu, por certo, uma longa divergência a partir da primeira revolução industrial, e vem agora passando por uma lenta convergência, à medida que caminhamos para a quarta revolução industrial (a da nano e da biotecnologia). Nada disso é inevitável ou apresenta caráter fatal: como sempre ocorre na história humana, decisões erradas adotadas por homens que estão em posição de decidir – as chamadas elites – podem, e em vários casos efetivamente o fizeram, colocar tudo a perder, escolhendo caminhos errados no processo de desenvolvimento. Assim ocorreu com a China, em algum momento entre os séculos XVI e XVIII: ela decidiu isolar-se do mundo, concluindo – naquele momento com certa razão – que ela não tinha nada a aprender com os “bárbaros” do exterior, uma vez que estava à frente deles em muitas coisas. Decisão fatal, pois ela foi invadida, esquarterada, espoliada e humilhada, graças à superior tecnologia guerreira das potências ocidentais, aliás obtida em grande medida a partir da própria China, nos séculos anteriores.

Em nenhum momento, Sala-i-Martin recorre ao conceito de globalização em seu estudo, nem apresenta as taxas de crescimento desiguais entre os países, que “explicam” a convergência de alguns e a divergência de outros, mas é isso, obviamente, que está em causa no trabalho que acabamos de resumir. Ainda que um processo consistente de crescimento da renda disponível possa se dar, hipoteticamente, unicamente em um plano nacional, isto é, tendo como base o crescimento da produtividade total de fatores em bases inteiramente nacionais, ou seja, *self-contained* e autárquicas, não é crível, ainda que seja teoricamente possível, que China, Índia e tantos países asiáticos tivessem logrado o desempenho extraordinário que conseguiram nas últimas duas décadas em uma situação de “descolamento” da economia mundial. Isso não é verossímil e não seria possível, não, em todo caso, com as altas taxas de crescimento econômico sustentadas pela China nas últimas duas décadas. O que isto tem a nos ensinar?

Em primeiro lugar, que o crescimento econômico, quaisquer que sejam as políticas econômicas empregadas para torná-lo consistente e sustentável, é uma condição *sine qua* não se podem alcançar os demais objetivos das políticas macroeconômicas e setoriais, em especial as de cunho social ou tecnológico. Em outros termos, não adianta pensar em distribuir, mesmo de forma modesta, se não há crescimento da produtividade e se a economia não alcança patamares mais elevados de valor agregado.

Em segundo lugar, que esse crescimento precisa alcançar os vários setores da economia e ser sustentado ao longo do tempo, de preferência a taxas bem superiores ao crescimento populacional, para que a distribuição seja mais ou menos bem repartida entre a população. Esse processo precisa se dar no bojo de transformações estruturais que atingem os diferentes setores, subsetores e ramos da economia, de maneira a transformar o crescimento econômico em vetor do desenvolvimento social.

Estas são lições “teóricas”, digamos assim, que podem ser extraídas a partir dos dados disponíveis. As lições “práticas” são as de que esse crescimento pode ser facilitado tremendamente por um ambiente internacional favorável à expansão das exportações, que está inquestionavelmente na base do grande crescimento observado nas duas últimas décadas nas economias dinâmicas da Ásia. Parafraseando uma conhecida frase sobre a “mudança na geografia comercial do mundo”, pode-se dizer que essa mudança já ocorreu e ela mobiliza, essencialmente, os centros produtores da Ásia oriental e meridional e os centros consumidores da Europa e da América do Norte, como de resto um pouco todo o mundo. Nem a América Latina ou o Oriente Médio, nem *a fortiori* a África têm sabido aproveitar essas novas oportunidades criadas com essa “nova geografia comercial”.

Outra lição de natureza prática seria a de que as políticas econômicas nacionais não precisam se conformar a um padrão único, alegadamente *mainstream* ou ortodoxo, de comportamento econômico, que seria aquele supostamente ditado pelas regras do chamado “consenso de Washington”. Ou seja, as políticas econômicas não precisam ser liberais ou, em sentido contrário, “dirigistas”, mas elas têm de se conformar ao padrão de abertura aos mercados e aos investimentos e de inserção na chamada economia global. A China e a Índia seguem padrões bastante diferentes de reforma econômica e de inserção econômica internacional, mas, em ambos os casos, as conexões efetuadas pelos sistemas produtivos locais com os mercados externos e a abertura de cada um desses países aos

investimentos diretos estrangeiros são patentes e determinantes no sucesso obtido. Na ausência desses traços definidores dos modelos “nacionais” de crescimento econômico e de inserção na economia internacional, nem a China nem a Índia teriam, possivelmente, logrado as altas taxas de crescimento conhecidas nas últimas duas décadas.

Voltando à surrada acusação dos antiglobalizadores contra o duplo processo de inserção das economias nacionais ao sistema econômico mundial e de sua integração aos mercados capitalistas, como sendo, supostamente, causadores de miséria, de pobreza e de desigualdades crescentes, creio que não caberia mais insistir na total desqualificação desse tipo de alegação, sem qualquer fundamento empírico, teórico ou histórico. Desse ponto de vista, os antiglobalizadores vão precisar refinar o discurso ou encontrar outros demônios para combater. Resta, como afirmado, a questão do tipo ou da qualidade das políticas econômicas colocadas em prática, terreno no qual os mesmos personagens bizarros insistem em condenar as chamadas regras do “consenso de Washington”, sem provavelmente ter a menor idéia do que estão falando. Trata-se de uma questão mais complexa, que poderá ser abordada em outro contexto. No momento, creio que os dados estão bem apresentados quanto à convergência econômica de todas as economias que logram manter um processo de crescimento econômico sustentado, no contexto da economia global.

Paulo Roberto de Almeida  
([pralmeida@mac.com](mailto:pralmeida@mac.com); [www.pralmeida.org](http://www.pralmeida.org))  
Brasília, 9 de abril de 2006